

PARTICIPAÇÃO DOS LEIGOS NOS SACRAMENTOS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Borobio García, Dionisio

Participação dos leigos nos sacramentos / Dionisio Borobio García ; tradução de Hilário Moser. – São Paulo : Paulus, 2026.

(Coleção Liturgia e Teologia)

ISBN 978-85-349-6069-4

Título original: Participación de los laicos en los sacramentos

1. Laicato - Igreja Católica 2. Liturgia - Igreja Católica 3. Teologia I. Título II. Moser, Hilário III. Série

26-0529

CDD 264

1. Liturgia – Igreja católica

Coleção LITURGIA E TEOLOGIA

- *Orientações para ministros extraordinários da comunhão*, Valter Mauricio Goedert
- *A dimensão estética da liturgia: arte sagrada e espaços para celebração*, Dionisio Borobio García
- *As festas cristãs: história, sentido e tradição*, Edith Momméja
- *Missa: celebração do mistério pascal de Jesus*, Humberto Robson de Carvalho
- *A missa de Paulo VI: retorno ao coração da Tradição*, Philippe Béguerie; Jean-Noël Bezançon
- *Os sacramentos: dimensão simbólica da existência*, Antón-Ramón Sastre Papiol
- *Participação dos leigos nos sacramentos*, Dionisio Borobio García

DIONISIO BOROBIO GARCÍA

Tradução: D. Hilário Moser

PARTICIPAÇÃO DOS LEIGOS NOS SACRAMENTOS



Todos os direitos reservados pela Paulus Editora. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, seja por meios mecânicos, eletrônicos, seja via cópia xerográfica, sem a autorização prévia da Editora.

Título original: Participación de los laicos sacramentos

© Centre de Pastoral Litúrgica de Barcelona, 2023

cpl@cpl.es – www.cpl.es

Direção editorial

Pe. Jakson Ferreira de Alencar

Gerência editorial

Elisa Zuigeber

Revisão

Tiago José Risi Leme

Darlei Zanon

Lucas Giron

Pe. Zolferino Tonon

Design

Thais Moreno Ferreira

Imagem da capa

Getty Images

Impressão e acabamento

PAULUS

1ª edição, 2026



Conheça o catálogo PAULUS
acessando: paulus.com.br/loja,
ou pelo QR Code.
Televendas: (11) 3789-4000 /
0800 016 40 11

© PAULUS - 2026

Rua Francisco Cruz, 229 • 04117-091
São Paulo (Brasil)
Tel.: (11) 5087-3700
paulus.com.br • editorial@paulus.com.br

ISBN 978-85-349-6069-4

ABREVIATURAS

CaIC - Catecismo da Igreja Católica

CIC - Código de Direito Canônico (*Codex Iuris Canonici*)

CDAP - Celebrações Dominicais na Ausência de Presbítero

DZ – Denzinger

GS – *Gaudium et Spes*

IGMR – Instrução Geral sobre o Missal Romano

RICA – Ritual de Iniciação Cristã de Adultos

(*Ordo initiationis christianae adultorum*)

RM – Rito do matrimônio

RP – Ritual da penitência

SC – *Sacrosanctum Concilium*

ÍNDICE

Introdução	11
I. SOBRE O BATISMO	15
1. <i>O que significa o sacramento do batismo?</i>	15
2. <i>Interpretações da Igreja</i>	16
3. <i>Conversão e batismo na interpretação histórica da Igreja</i>	17
4. <i>A renovação do Vaticano II e o Ritual</i>	21
5. <i>O novo Código de Direito Canônico</i>	22
II. SOBRE A CONFIRMAÇÃO	25
1. <i>A confirmação na Escritura</i>	25
2. <i>A confirmação como sacramento específico para a atualização do Espírito pentecostal</i>	27
3. <i>Evolução litúrgica e pastoral do sacramento até o Vaticano II</i>	28
4. <i>A confirmação após o Vaticano II</i>	30
5. <i>Etapas após o Vaticano II: em que ponto estamos?</i>	32
6. <i>Uma proposta prática de revisão e renovação</i>	33
7. <i>O que podem ou devem fazer os leigos em relação ao sacramento da confirmação?</i>	35
8. <i>Conclusão</i>	36
III. SOBRE A EUCARISTIA DOMINICAL: SERVIÇOS E MINISTÉRIOS LEIGOS	39
1. <i>Fundamentos da nossa reflexão</i>	40
2. <i>Importância do ministério litúrgico do sacerdote</i>	41
3. <i>Necessidade dos serviços e ministérios dos leigos</i>	42
4. <i>Ministérios a serviço das comunidades concretas</i>	44
4.1. <i>Função do ministro que preside a assembleia</i>	45
4.2. <i>E se não houver ministro ordenado para presidir?</i>	47
4.3. <i>Ministérios leigos para a comunidade ou apenas para o domingo?</i>	48

4.4. Instituir ministérios leigos reconhecidos ou buscar novos caminhos para o sacerdócio?	50
4.5. Quais ministérios para quais assembleias?	51
4.6. Que celebração (e que ministro) para qual assembleia?	52
4.7. O pré-sacramental como resposta em ordem ao sacramento?	54
5. Conclusão	56
5.1. Aplicar o nome ao conteúdo	56
5.2. Desenvolvimento harmônico das diversas ordens ministeriais	56
5.3. Ministério sacerdotal com ministérios leigos	57
5.4. Sujeitos dos ministérios sem discriminação	57
5.5. A formação-capacitação para os ministérios	57
5.6. Quais são os ministérios “instituídos” ou “reconhecidos” relacionados à Eucaristia?	58
5.6.1. O ministério do “animador litúrgico”	59
5.6.2. O ministério do ministro extraordinário da comunhão	61
5.6.3. O responsável pela assembleia dominical na ausência de presbítero	64

IV. SOBRE O SACRAMENTO DA RECONCILIAÇÃO

PENITENCIAL	67
1. Dimensões para compreender a verdade da penitência	68
1.1. Encontro na sinceridade	68
1.2. Afirmação de valores e um sentido de vida	69
1.3. Encontro de reconciliação e perdão	69
1.4. Experiência e necessidade de superar o pecado	70
1.5. Esperança na misericórdia e no perdão de Deus	71
2. A novidade reconciliadora e perdoadora de Cristo atualizada	72
3. A reconciliação realizada por Cristo continua e se atualiza na Igreja	75
4. Participação do pecador penitente no sacramento	76

5. Participação dos leigos nas diversas formas de celebração do sacramento	79
5.1. <i>As formas cotidianas</i>	79
5.2. <i>As formas litúrgicas</i>	80
5.3. <i>As formas sacramentais</i>	80
6. O ministério leigo da reconciliação	82
V. LEIGOS E O SACRAMENTO DO MATRIMÔNIO	85
1. A sacramentalidade do matrimônio	86
1.1. <i>No seu ser natural-criatural</i>	86
1.2. <i>No seu ser compartilhado com o outro no amor</i>	87
1.3. <i>Na sua missão criativa e protetora</i>	88
2. O matrimônio como sacramento cristão	89
3. Etapas da evolução do matrimônio na história	91
4. O sacramento do matrimônio no Vaticano II, o Ritual e o Catecismo da Igreja Católica	92
5. Participação dos leigos no processo que leva à celebração do sacramento do matrimônio	95
5.1. <i>Participação dos leigos no “antes”: noivado</i>	95
5.2. <i>Como se apresenta hoje esse “antes”?</i>	96
6. A participação dos esposos “durante” a celebração do sacramento do matrimônio: ritos e palavras	100
7. O “depois” da celebração do sacramento	104
VI. LEIGOS E O SACRAMENTO DA UNÇÃO DOS ENFERMOS	107
1. A enfermidade num novo contexto	108
2. Sentido do sacramento da unção dos enfermos	109
2.1. <i>O grande bem da saúde</i>	109
2.2. <i>Entre “infirmidade” e enfermidade</i>	109
2.3. <i>A enfermidade como situação sacramental</i>	110
2.4. <i>Situação de enfermidade e experiência da graça</i>	110
2.5. <i>A graça, um dom para a saúde</i>	111

2.6. A graça como novo equilíbrio antropológico	111
3. Cristo médico e a saúde: dimensão cristológica	112
3.1. Cristo, origem do sacramento da unção	112
3.2. O mistério de Cristo, sentido do sacramento da unção	114
3.3. Cristo, na força de seu Espírito, é a graça do sacramento	115
4. A Igreja e a saúde: dimensão eclesiológica	115
4.1. A Igreja, continuadora da missão de Cristo junto os enfermos	115
4.2. Responsabilidade da Igreja em relação à saúde-enfermidade	117
4.3. O sacramento da unção, sinal da solidariedade eclesial	117
5. Elementos de uma pastoral renovada da saúde	118
5.1. Agentes e sujeitos	118
5.2. Os âmbitos da pastoral dos enfermos	119
5.3. Objetivos principais dessa pastoral	120
6. Celebração do sacramento da unção	121
6.1. Preparação remota e próxima	121
6.2. Celebração comunitária da unção	122
6.3. Celebração da unção com um único enfermo	123
7. O “depois” da celebração do sacramento	124
8. Conclusão	124
Apêndice	129
Bibliografia	133

INTRODUÇÃO

A Igreja vive hoje uma situação muito peculiar em meio a mudanças vertiginosas em todos os níveis. O mundo para o qual ela se configurou e para o qual se preparou a fim de cumprir sua missão desde sempre, mesmo após a renovação do Vaticano II, desmoronou ou, em grande parte, está desaparecendo. Não se trata de mudanças acidentais ou periféricas, que sempre foram vividas pela Igreja. Trata-se de verdadeiras transformações estruturais: quanto à população, o que afeta a estrutura paroquial; quanto ao número de fiéis, o que se constata no desaparecimento de comunidades; quanto ao número de sacerdotes, o que complica o serviço e a atenção às necessidades litúrgicas e sacramentais; quanto às tradições religiosas, o que se observa na extinção delas, como expressão da fé popular; quanto às instituições de diversos tipos, quanto às ordens de religiosos e religiosas, às instituições educativas e caritativas... Há muitas comunidades que ficam sem possibilidade de celebrar (pedir e receber os sacramentos), por falta de presbíteros que as atendam; em outras, os poucos sacerdotes que restam se veem obrigados a se multiplicar e multiplicar as missas. É verdade que essas mudanças limitadoras não podem ser generalizadas, e que ao lado disso surgem outras formas de vida cristã ou religiosa que

mantêm viva a Igreja e a fé. Mas não são mudanças que, em termos positivos, equilibrem ou supram os pontos negativos que acabamos de apontar.

Após o Vaticano II, abriram-se muitas possibilidades de participação ativa e pastoral dos leigos, para atender às necessidades das diversas comunidades, sobretudo em situações de necessidade. Essa participação – ou colaboração, ou mesmo corresponsabilidade – se estendeu às diversas dimensões da missão da Igreja recebida de Cristo e, portanto, constitutivas e fundamentais do seu ser e do seu agir no mundo, em continuidade com a missão recebida, realizada, e cujo centro de referência será sempre Cristo. As quatro dimensões constitutivas dessa missão são: a Palavra (*martyria*), a comunhão na unidade (*koinonia*), o louvor cultural (*leitourgia*) e a caridade na justiça (*diakonia*). Essas quatro dimensões se concentram e devem encontrar sua expressão e realização nos sacramentos da Igreja, a serem bem compreendidos, de modo especial na Eucaristia, não de forma redutiva, pois os sacramentos se estendem a toda a vida da comunidade cristã e de cada um de seus membros, embora de maneira diferente. Por isso, a Constituição sobre a Liturgia a define como *culmen et fons* de toda a vida da Igreja (SC, n. 10).

Pois bem, se é assim, e se aceitamos a centralidade litúrgico-eucarística, devemos reconhecer que a carência permanente e forçada pela necessidade dessa celebração implica um descumprimento da missão recebida, ao mesmo tempo que um enfraquecimento da vida cristã e comunitária, dificilmente substituível por outros atos. A questão que se coloca é a seguinte: como sair dessa situação? Como fazer para responder a essa urgente necessidade, levando em conta a realidade existencial e de fé das diversas comunidades? Como criar uma consciência dessa necessidade no povo simples, de forma que

se crie uma disposição para colaborar na solução desse problema? Que resposta oferecer, que não venha a contrariar a missão recebida, nem a interpretação hierárquica institucional atual da Igreja? Deve-se manter imutável a distinção entre o ministério sacerdotal ordenado e os ministérios leigos baseados no sacerdócio batismal? Não existiria uma “zona intermediária” de participação no sacerdócio de Cristo, que permita, em caso de necessidade, suprir algumas funções pastorais exercidas pelo sacerdote, sem questionar sua identidade e diferença em relação ao sacerdócio universal? O itinerário ou o processo de preparação para o exercício dessas funções deve permanecer o que foi seguido até agora: seminário, estudos filosóficos e teológicos, ordenação, missão confiada pelo bispo para uma função pastoral? Existiram, por acaso, na história, algumas situações e circunstâncias em que se permitiu aos leigos celebrar alguns sacramentos? Reconhecemos que essas perguntas não têm respostas fáceis ou soluções simples. Mas, num exercício de realismo, se não quisermos ignorar a realidade, é necessário fazer um esforço para buscar um esclarecimento. De nossa parte, com toda a humildade e a devida e reconhecida limitação, sempre levando em conta a Tradição e o Magistério atual da própria Igreja, ousamos sugerir algumas possíveis saídas.

Neste trabalho de reflexão e proposição, nosso objetivo consiste em revisar cada um dos sacramentos da Igreja, lembrando o papel que os leigos desempenharam em sua preparação, celebração e continuidade ao longo da história da Igreja, e o que estão desempenhando atualmente, com as propostas que surgem dos princípios da *sinodalidade*. Esse objetivo parte de dois pressupostos teológicos: 1) a distinção entre o ministério sacerdotal ordenado e o ministério universal dos batizados e 2) a compreensão do sacramento não apenas como ato ritual

celebrado, mas também como preparação na fé e como continuidade ativa no assumir diversas tarefas pastorais.

Os conteúdos aqui apresentados podem ser considerados como uma compilação de outros já expressos em diversos escritos, mas com a intenção específica de responder às questões previamente levantadas. Limitamos as citações bibliográficas ao mínimo, incluindo no texto as fundamentais, e remetendo às referências magisteriais, quando necessário ou conveniente.

I

SOBRE O BATISMO

1. O que significa o sacramento do batismo?

O batismo é o primeiro sacramento recebido por quem deseja ser cristão. É o primeiro no processo de iniciação cristã, que também abrange a confirmação e a primeira Eucaristia. É o sacramento aceito por todas as confissões cristãs. Com ele e por ele, quem recebe o batismo é introduzido na participação do mistério de Cristo e da Igreja, como membro ativo. Com ele e por ele, pela mediação da água e do Espírito, participa da vida divina e da vida da Igreja e, liberto do pecado, torna-se filho de Deus, membro do Corpo de Cristo, participante da salvação operada no mistério pascal, sujeito a direitos e deveres por sua pertença ao Corpo da Igreja. O mistério e o conteúdo do sacramento do batismo são tão grandes e maravilhosos que só com os “olhos da fé” podem ser acreditados e aceitos, com a graça de Deus, baseando-se na promessa de Cristo (Mt 28) e na força dinâmica do Espírito. São aspectos que o batizado deverá viver e desenvolver ao longo de toda a sua vida, pois o rito do batismo é somente o começo do ser cristão e do processo de iniciação, não o fim deste.